

BOLETIM O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

Editorial

Não, Não É Possível Reformar o Capitalismo

O orçamento para 2019 foi aprovado com os votos do PS, PCP e Bloco de Esquerda. É mais um orçamento de austeridade, que dedica migalhas a fazer de conta que aumenta menos de 1 em cada dez funcionários, centenas de milhões a subsidiar o fundo abutre a quem foi oferecido o Novo Banco e milhares de milhões a encher a barriga dos banqueiros com os juros da dívida.

É um orçamento que prolonga a miséria do serviço nacional de saúde e do ensino e a destruição dos transportes públicos. Que corta brutalmente na componente colectiva do salário dos trabalhadores portugueses, que ficam condenados a gastar individualmente, para ter saúde, educação e transportes, o que não têm para sobreviver.

É um orçamento que cumpre as regras que a UE impõe aos povos europeus: redução sem fim dos “custos do trabalho” (salários, pensões, serviços públicos) e aumento sem fim dos lucros e juros dos capitalistas.

Mas este orçamento foi também acompanhado por algo que já se desenhava há muito: o Bloco de Esquerda declarou-se, na sua convenção, pronto a integrar o próximo governo, abandonando, nas suas cinco “reformas estruturais” prioritárias (interessante escolha de vocabulário), tudo o que pudesse incomodar o capital e a sua União Europeia. Mesmo ao falar na importância da banca e da energia, é para pedir o “controlo público” destes sectores, não a sua clara nacionalização sem indemnização.

Disse a coordenadora do BE que o importante é que “as pessoas” possam dizer que “se vive melhor” do que no início da legislatura. Afirmção em si duvidosa no que diz respeito àquelas “pessoas” que são trabalhadores, a braços com a perda constante de poder de compra e a destruição dos serviços de saúde, da educação pública e dos transportes colectivos.

Mas, sobretudo, o Bloco de Esquerda declara que é possível ir conseguindo melhorias para os trabalhadores sem romper com este capitalismo em putrefacção e com a União Europeia que policia, na Europa, a ditadura do capitalismo destruidor. As nuvens negras de uma nova crise económica mundial adensam-se, Trump e quejandos fazem guerras (aliás com a ajuda do exército e do orçamento

português) e ameaçam com novas guerras ainda mais catastróficas. Entretanto, a austeridade à la Costa mantém crianças em barracões a fazer de hospitais, deixa arruinar estradas e escolas e mantém o salário mínimo abaixo do de 1974.

E o Bloco de Esquerda escolhe esse momento para anunciar ao mundo que é possível reformar o capitalismo e “alterar” os tratados europeus (nada de revogar! mas onde verá o BE uma maneira de “mudar” os tratados? Por que eleições?!) e que ele, Bloco, está disposto a participar nesse serviço com o “trabalho denodado” dos seus dirigentes no próximo governo.

Pela nossa parte, reafirmamos: a “reforma” do capitalismo leva em linha recta os “reformadores” a defender o capitalismo contra o movimento dos trabalhadores. Na preparação deste orçamento, o sindicato dos professores disse que não se podia aprovar um orçamento que não restaurasse o tempo de serviço roubado aos professores pela troika. E que fizeram velhos e novos reformadores do capitalismo? Votaram o orçamento que não restaurou o tempo de serviço dos professores.

Pela nossa parte, mantemos que a única saída é substituir a ditadura da austeridade capitalista e da UE pela socialização dos grandes meios de produção e pela unidade dos povos europeus soberanos. Para isso, é preciso construir um partido exclusivamente dedicado à defesa dos interesses dos trabalhadores e independente de quaisquer outros interesses. ■



Luta de Classes

Estivadores Batem-se contra a Precariedade



Os estivadores portugueses têm desenvolvido uma luta exemplar contra a precariedade.

No início de novembro, os estivadores do porto de Setúbal, entraram em greve. Grande parte deles eram

contratados ao dia, chamados a trabalhar por SMS, estando nesta situação, em alguns casos, há mais de 20 anos. Os trabalhadores portuários, apoiados pelo SEAL, o sindicato dos estivadores, exigiam que as empresas que operam no porto efectivassem os eventuais que há anos trabalhavam sem vínculo contratual, acabando com a precariedade.

A greve teve adesão maciça, da ordem de 90%.

As empresas portuárias iniciaram então uma chantagem ignóbil, recusando-se a negociar com os trabalhadores em greve (antes da greve não queriam nem ouvir falar em negociar).

Note-se que a importância do porto de Setúbal está no facto de ser por esse porto que se escoam os automóveis da Autoeuropa.

Mas, além da greve em Setúbal, existia desde o dia 13 de Agosto uma

Trabalho Precário

“Ser precário significa...”

Publicamos abaixo um pequeno artigo escrito por uma trabalhadora precária. Bruna dá o seu testemunho sobre o que é trabalhar nas condições que são as suas e de grande percentagem — crescente, apesar das juras do governo e do triunfalismo do Bloco de Esquerda — dos trabalhadores portugueses.

Ser precário significa que temos que passar por situações diárias de desconforto, de insegurança, de ansiedade, de crises existenciais.

Significa que temos que aceitar, contratos sem qualquer vínculo sindical, ou seja, estamos completamente sujeitos à tirania dos nossos empregadores, que detêm o monopólio das nossas vidas, podendo fazer o que bem entenderem, quando bem entenderem.

Muito poucos direitos, e uma imensidão de deveres, é o que é imposto a um precário. Tantas vezes, (demasiadas, ousou dizer) nos sentimos desamparados quando vemos situações injustas acontecerem a nós próprios ou a colegas, quando nos dirigimos aos escassos organismos públicos a que ainda podemos recorrer e verificamos que pouco ou nada pode ser feito para reverter a situação em que nos encontramos. Pior, quando verificamos que a predisposição para tal, simplesmente, não existe.

Temos um sistema que acolhe e protege a exploração

feitas pelas empresas multinacionais, quando o esperado seria que acolhesse e protegesse o indivíduo, o contribuinte, o ser humano.

Vivemos numa economia de desigualdades, onde algumas categorias, como “colaborador”, “empreendedor” ou “autónomo”, são escolhidas para camuflar a precarização de milhões de pessoas.

O que se pretende, é nada mais do que ver cumprida a lei, tantas vezes transgredida e dissimulada, através de inúmeros subterfúgios, para que desse modo não possa ser cumprido aquilo que é devido.

Toda esta propaganda hegemónica dos benefícios da globalização esconde a precariedade e o desemprego a que obriga e a extrema exploração a que conduz.

É urgente que algo seja feito para converter esta situação, para que numa situação ideal, por muitos de nós esperada, possamos viver e trabalhar numa sociedade muito mais igualitária. ■



greve nacional às horas extraordinárias. Com efeito, o patronato discrimina e persegue sistematicamente os sócios do SEAL, excluindo-os das horas extraordinárias e pagando-lhes, portanto, ordenados mais baixos, até um terço dos seus colegas. Estas situações gravosas incidem principalmente nos portos de Leixões e do Caniçal, na Madeira.

Como declarou o presidente do sindicato, quando o governo, que tanto alarde tem feito de lutar contra a precariedade, se pôs ao lado do patronato: “*Estamos a assistir a um dia vergonhoso para a democracia portuguesa (...) quando um governo se põe ao lado de criminosos – porque o que estamos a denunciar é um crime que se vive um pouco por todo o país, de perseguição aos sócios do sindicato, discriminação salarial e tudo o mais*”.

Com efeito, como acontecera no caso da Ryanair, o governo tomou mais uma vez, o partido do patronato e da Autoeuropa, enviando a polícia de choque para retirar os trabalhadores do piquete que impedia a entrada de fura-greves para carregarem os automóveis da Autoeuropa. O Ministério do Mar procurou, conjuntamente com as empresas de estiva (Operestiva), coagir os trabalhadores de outros portos nacionais (Lisboa e Aveiro) a furar a greve dos portuários de Setúbal. Os trabalhadores de Aveiro, por exemplo, denunciaram esta situação, solidarizando-se com os colegas de Setúbal.

A direcção da CGTP tomou posição em solidariedade com a luta dos portuários de Setúbal, con-

siderando: “*É inadmissível que o Governo, ao invés de obrigar a empresa a passar ao quadro de efectivos a generalidade dos estivadores que todos os dias são, simultaneamente, contratados e despedidos, opte por enviar forças de segurança para dar cobertura à ilegalidade e à prepotência patronal. (...) Neste quadro, exige-se que o Governo faça aquilo que até agora não fez: A adopção de medidas imediatas que obriguem a empresa a contratar os estivadores para o quadro de efectivos e iniciar a negociação para uma convenção colectiva que regule as condições de trabalho e valorize os trabalhadores. Para a CGTP-IN, o crescimento da economia é indissociável da melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e das suas famílias e não do esmagamento dos seus direitos fundamentais.*”

Porém, **apesar da onda de greves que varre o país e clama pela unificação num só movimento**, o apoio da CGTP ficou-se pela retórica.

Com efeito, as alterações à legislação laboral que a *troika* impôs m e l h o r a r a m imenso a posição negocial do patronato a expensas dos sindicatos. Assim, o patronato, que pretendia incluir na agenda negocial a suspensão da greve nacional às horas extraordinárias, man-

teve o braço-de-ferro, certo do consentimento do governo, e este da inquebrantável solidariedade do Bloco de Esquerda e PCP. As negociações estiveram suspensas por muito tempo.

Porém, **a persistência dos trabalhadores deu resultado!** O patronato e o governo tiveram que ceder parcialmente. Entraram no quadro os trabalhadores que o sindicato propunha e foi criada uma “bolsa” para os restantes para os momentos de maior trabalho, conforme o sindicato propusera também..

Esta greve veio levantar, mais uma vez a questão fundamental: a da necessidade da unidade mais geral de todos os sindicatos e CTs na luta e na greve para impor ao governo as reivindicações urgentes e o restabelecimento da liberdade de contratação colectiva e o fim da caducidade dos contratos. ■



Enfermeiros

“Greve Cruel”?

Na sua sanha austeritária, o governo hesita cada vez menos em recorrer às armas clássicas do patronato para tentar dividir os trabalhadores.

Quando a nova ministra da saúde veio acusar as enfermeiras de fazerem uma “greve cruel”, no que foi rapidamente secundada pelo primeiro-ministro, que usou a palavra “inaceitável”, atingiu-se um novo grau na retórica anti-trabalhadores a que leva a submissão completa às regras orçamentais da União Europeia.

Já estamos habituados aos comentários do género “esses até que não ganham assim tão mal”, “há quem esteja pior”, etc., clássicos refrões para tentar lançar os trabalhadores uns contra os outros.

A história demonstra que nenhum sector de trabalhadores alguma vez beneficiou outro sectores por renun-

ciar às suas reivindicações “*pois há quem esteja pior*”. Ao contrário. Os trabalhadores menos organizados e mais explorados tenderam a beneficiar dos aumentos conseguidos pelos sectores mais organizados e combativos. É um reflexo que os trabalhadores têm naturalmente: unidos venceremos todos, divididos perderemos juntos.

A que podem fazer greve os enfermeiros, ou os bombeiros, ou médicos, ou professores, senão ao seu trabalho?

Não é, sim, cruel quem, admitindo que as reivindicações dos enfermeiros, professores, etc., são “justas”, não hesita em pôr em risco a saúde dos doentes e a educação das crianças só para impor a vontade de Bruxelas? ■

A Legislatura Acaba com o Orçamento de Austeridade para 2019

Como da Selvajaria da Troika contra os Salários e as Ataques em Regra ao Salário Colectivo: às Conquistas de

Finda o ano de 2018 com o governo a aprovar o quarto orçamento de austeridade da legislatura.

Finda, também, com o Bloco de Esquerda e o PCP a votarem o quarto orçamento de austeridade do governo Costa.

Finda, ainda, com sectores maciços e crescentes dos trabalhadores do privado e do público a votarem, com as suas greves e lutas, contra o orçamento aprovado pelos que foram eleitos para representá-los.

Mas se o PS foi votado para representar os interesses dos trabalhadores contra os efeitos da política da troika, a política do governo PS concentrou-se em limitar as reversões ao mínimo inevitável, sem pôr em causa a troika e os “compromissos europeus”. Foram revertidos os cortes mais escandalosos da troika — mas sem compensação da perda de poder de compra sofrida durante dez anos. Continuou-se a executar as políticas ditadas por Bruxelas. — como Bruxelas repetidamente atestou com satisfação.

O que mudou foi a tática austeritária.

Os salários e pensões dos funcionários públicos foram mantidos essencialmente congelados, ao nível a que estavam dez anos antes — antes da troika. O mesmo no privado: as alterações à legislação laboral adoptadas durante (e antes) da troika mantiveram-se também. Nomeadamente a famigerada caducidade dos contratos colectivos, virtual veto patronal aos aumentos salariais.

O que mudou então?

Os golpes da troika, somados a cortes acumulados ao longo dos últimos vinte e mais anos, já tinham reduzido os rendimentos individuais dos trabalhadores a níveis iguais ou inferiores aos que tinham antes do 25 de Abril. O salário mínimo ainda hoje é inferior, em termos reais, ao primeiro, criado em 1974 (ver nº 7 d’O Trabalho).

O que, por outro lado, ainda não tinha sido reduzido aos níveis de

antes da revolução de Abril era aquilo que é geralmente conhecido, precisamente, como conquistas de Abril: na prática, os elementos de salário colectivo conseguidos pelos trabalhadores portugueses, como o serviço nacional de saúde, os transportes públicos, o ensino público. Estes elementos representam uma parte significativa do salário de qualquer trabalhador. Sem eles, nenhum trabalhador teria meios, só com o seu salário individual, para se tratar



na doença, para se deslocar de e para o trabalho e para dar um futuro aos seus filhos.

O governo Costa, longe de reverter os ataques da troika contra estas componentes do salário, agravou-os brutalmente.

Os ataques vieram sob a forma de congelamentos dos orçamentos da saúde, ensino e transportes aos níveis da troika e, em vários casos, abaixo desses níveis, e do desinvestimento massivo nos equipamentos e pessoal sem os quais não há futuro para eles. Esse futuro destruído é já o presente.

Tão evidente se tornou que esta política era a da troika adaptada, que os partidos de direita e o presidente da República abandonaram toda a veiledade de oposição. Passos Coelho teve que dar lugar a Rio.

Quando aos partidos eleitos pelos trabalhadores e jovens, passadas as tímidas reversões, juntaram-se também neste grande bloco total de união nacional para servir os interesses do capital e da sua União Europeia.

O Bloco de Esquerda, votou tudo e mais alguma coisa. Conforme resumiu a sua coordenadora, o importante para o Bloco era que, no final da legislatura, a situação dos trabal-

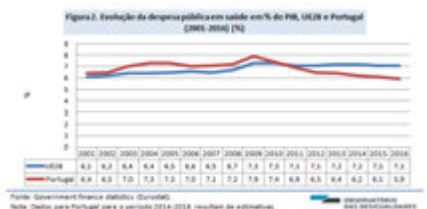
hadores tivesse melhorado em comparação com o início.

No entanto, mesmo deixando de lado se a situação da generalidade dos trabalhadores melhorou ou não melhorou, o que o Bloco diz é que, graças ao seu trabalho denodado nas antecâmaras do Parlamento e do governo, a situação dos trabalhadores pode melhorar significativamente, mesmo mantendo-se o regime da exploração capitalista, a subordinação à UE e por aí fora.

Mas se é assim, porquê, então, ser contra a política de Bruxelas, o capitalismo, etc? Porquê não tentar simplesmente melhorá-los?

Ora precisamente: esta nova convicção do Bloco tornou-se tão forte, que, na sua convenção, os seus dirigentes anunciaram abandonar todas as reivindicações vagamente contraditórias com a União Europeia e o capitalismo, se o PS os aceitar no próximo governo.

É pela mesma lógica que os seus congéneres espanhóis do Podemos também já viabilizaram o novo gov-



erno minoritário do PSOE, que prometeu executar o orçamento do governo PP que o precedera e manter na prisão os dirigentes independentistas catalães.

Essa é a lógica que leva a administrar o capitalismo quando os partidos capitalistas tradicionais, representantes de uma classe ultraminoritária, já não conseguem enganar os trabalhadores nem mesmo a pequena-burguesia e as classes (que julgavam ser) médias, ficando sem força para imporem as medidas anti-operárias que o capitalismo em apodrecimento exige.

Só que, para chegar a essa conclusão (errada), não havia já cá o PS? ■

Pensões se Passou ao Abril, à Saúde, Educação e Transportes Públicos

Porque ganhou o PS as últimas eleições em vez de se afundar como a maioria dos PSs europeus?

A diferença foi que o Partido Socialista português fez campanha eleitoral pelo fim da austeridade da troika da UE e seu governo local de Passos.

Os trabalhadores portugueses votaram no PS para votar contra a troika.

As “reversões” conseguidas foram, assim, consequência directa, no plano eleitoral, da revolta dos trabalhadores contra a troika — não

da “bondade” do PS, da propaganda “força do PCP” ou do propalado “trabalho incansável” dos dirigentes do Bloco de Esquerda.

Ao contrário dos seus parceiros na Europa fora, que, onde governaram, aplicaram as políticas

da UE como os outros e, em consequência, tiveram resultados eleitorais desastrosos, o PS foi eleito porque disse que reverteria as medidas da troika — e só por isso.

A vontade dos trabalhadores de obterem melhorias é “compreensível”, mas impossível de satisfazer?

Constantemente martelam os portavozes do governo (e não só) que as reivindicações que cada vez mais categorias e sectores da função pública apresentam e pelas quais se mobilizam até são “compreensíveis”, dada a “boa situação económica do país”, mas que, infelizmente, não há dinheiro para elas no orçamento.

Acontece, claro, que o dinheiro que há no orçamento foi o governo e seus apoiantes parlamentares que lá o puseram ou deixaram de pôr. Que tenham posto mais 400 milhões (só em 2019) para subsidiar o *Lone Star*, fundo abutre dono da carcaça do Novo Banco, ou, nos últimos anos, até 20 mil milhões para salvar os accionistas dos bancos privados, mas apenas 50 milhões para “aumentar” os funcionários públicos — tudo isso foram escolhas. Escolhas do governo e seus amparos parlamentares.

Só que essas escolhas foram contrárias ao mandato das eleições. O mandato era acabar com a política da troika. Não era continuar a atacar os trabalhadores, mantendo os salários individuais congelados e destruindo o “salário colectivo”: a saúde, educação e transportes públicos.



Qual é o papel do Bloco de Esquerda e do PCP nisto tudo?

Originalmente, o Bloco de Esquerda e o PCP pronunciavam-se publicamente contra a ditadura da UE e da troika, contra a dívida (pela “renegociação”), pela realização das reivindicações dos trabalhadores.

Faziam-no, presume-se, por entenderem que essas medidas eram indispensáveis para defender os interesses dos trabalhadores.

O PS, por exemplo, embora promettesse reverter as medidas da troika, nunca prometeu romper com a política da UE, pretendendo que era possível “conciliar” as duas coisas — falsa-

mente, conforme a continuação da austeridade veio demonstrar.

Ao eliminar das suas “reformas estruturais”(!) para integrar um futuro governo com o PS tudo o que no seu programa anterior se podia considerar antagónico às políticas da UE, o Bloco de Esquerda, por exemplo, decide-se pelo papel de tentar convencer os trabalhadores e jovens que já não acreditavam nas virtudes do “reformismo” de que este, afinal, é a única via possível. Mas via para onde?

Brasil

jornal *Resistir***Há 40 anos a lição de como combater os Bolsonaros de plantão**

Jair Bolsonaro, um ex-militar obscurantista, de tendências fascizantes e intelecto limitado, ganhou as eleições presidenciais no Brasil, com 57 milhões de votos, equivalentes a mais de um terço do eleitorado.

Bolsonaro nomeou recentemente Sérgio Moro para seu ministro da justiça: o mesmo juiz que promoveu a perseguição judicial e, por fim, a prisão de Lula, eliminando quaisquer dúvidas que restassem quanto às motivações

Em março de 2019 faz 40 anos da grande greve geral dos metalúrgicos do ABC (cintura operária de São Paulo - NdR). Era ainda a ditadura militar, mas os operários resolveram enfrentar os patrões e o governo para brigar por suas principais reivindicações: reajuste de 78,1%, piso de três salários mínimos, garantia no emprego, 40 horas semanais e estabilidade para os acidentados.

A repressão que se abateu foi brutal, com o Ministério do Trabalho decretando a destituição de toda a diretoria do sindicato, presidida por Lula. No entanto, mesmo sob condições adversas a greve durou de 13 março a 13 de maio. Ela havia sido preparada por reuniões de base nas fábricas, envolvendo muitos ativistas no que passou a se chamar Comissão de Salários. Embora casada, a diretoria do sindicato não

40 anos da primeira greve geral dos metalúrgicos do ABC



deixou de mobilizar os trabalhadores. Ao final a intervenção no sindicato foi suspensa e parte da pauta de reivindicações foi assegurada. Um marco da greve foi a realização do 1º de maio na Vila Euclides com a presença de 150 mil participantes.

Sempre é bom recordar que as grandes greves do ABC impulsionaram a construção do PT e da CUT, instrumentos de combate que foram essenciais para o fim da ditadura militar.

Se Bolsonaro e os que o cercam são saudosistas da ditadura (...), de nossa parte, cumpre pensar em como retomar o fio de continuidade das experiências das lutas operárias brasileira que levaram ao fim do regime autoritário do golpe de 1964.

políticas da perseguição ao fundador do PT.

Para os militantes que no Brasil se batem por uma política ao serviço da classe trabalhadora, põe-se a questão de saber como lutar agora, nas novas condições; e que lições tirar da política que levou a esta catástrofe.

A isso procura responder o editorial do nº 8 do jornal *Resistir*, editado pelos nossos camaradas brasileiros, de que publicamos alguns excertos.

A campanha por Lula Livre só vai ser vitoriosa, se a liberdade de Lula estiver diretamente vinculada à ação do PT e dos petistas na organização da resistência dos trabalhadores contra os ataques brutais às suas condições de vida. Foi assim há 40 anos contra a intervenção nos sindicatos e pelo direito de greve. Bolsonaro diz que pretende encostar os direitos trabalhistas na informalidade do trabalho. Sinaliza também com o fim da previdência. Isso significa querer transformar os trabalhadores em “párias” sociais. Como se vê, há muito que conversar com os operários e a classe trabalhadora deste país não para achar os meios de “negociar” com esse governo ilegítimo, mas para organizar a resistência necessária que leve ao fim o ciclo do golpe de 2015 e sepulte de uma vez por todas as instituições podres que o sustentam. ■

Amigos de Bolsonaro**Marcelo Pede a Bolsonaro que Ajude a Fazer Assinar o Acordo Comercial Mercosul-UE...**

Marcelo Rebelo de Sousa foi a Brasília assistir à investitura de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil. Marcelo, muito contente com “o relevo que Portugal mereceu protocolarmente”, convidou Bolsonaro a visitar Portugal. Não estiveram presentes os ex-presidentes Fernando Henriques Cardoso, Dilma Rousseff e Lula (preso). Estiveram, em contrapartida, Benjamin Netanyahu e Viktor Orban.

Marcelo não comentou o(s) discurso(s) de tomada de posse de Bolsonaro. Neles, o novo Presidente do Brasil anunciou que aquele era “o dia em que o povo começou a liber-



tar-se do socialismo” e que a bandeira do Brasil só ficaria vermelha pelo “sangue dos mártires” que defenderiam as suas cores. Promessa de guerra sem quartel contra os trabalhadores e o movimento operário brasileiro. ■

Ficha técnica

Publicado pelo grupo “A Internacional”;
Endereço mail: a.internacional.pt@gmail.com;

Responsável: José Júlio Santana Henriques
Página web: <http://ainternacional.pt>

França

A Maior Crise do Regime nos Últimos Cinquenta Anos



Como escrevem os nossos camaradas franceses no jornal *La Tribune des travailleurs*, “A crise política que abala o país há semanas é a mais grave do último meio século. Não é uma mera crise política, é uma crise das instituições. É uma crise do regime da Vª República fundado por de Gaulle com o golpe de Estado de 1958.”

Para Macron, “o essencial é prosseguir o calendário das contra-reformas, sem abrandar nem fraquejar. O mandato de Macron, que ele está decididíssimo a aplicar, consiste em desfazer os direitos, garantias e conquistas da classe operária, obstáculos à sede de lucro de patrões, banqueiros e especuladores. No jornal *Les Échos* (17 de dezembro), o primeiro-

A eleição de Macron em 2018, resultado quase casual do afundamento do Partido Socialista Francês e da falta de alternativa à esquerda, marcou o início de uma ofensiva sem precedentes contra as conquistas obtidas pelos trabalhadores franceses no pós-guerra. Estes defendem-se com longas greves e lutas, que, no entanto, as direcções políticas e sindicais tradicionais se recusam a unir para enfrentar eficazmente as forças do patronato e do Estado.

Macron, que, na primeira volta das eleições, recolhera menos de 20% dos votos do eleitorado, já é entretanto o presidente mais odiado da Vª República.

Como escrevem os nossos camaradas franceses no jornal *La Tribune des travailleurs*, “A crise política que abala o país há semanas é a mais grave do último meio século. Não é uma mera crise política, é uma crise das instituições. É uma crise do regime da Vª República fundado por de Gaulle com o golpe de Estado de 1958.”

Assustado pela rejeição maciça das políticas do governo, o primeiro-ministro anunciou “que o governo vai “mudar de método”. Reitera, contudo, o objectivo de “reduzir o custo do trabalho, ser mais competitivo, ter mão nas nossas contas públicas”. Objectivo que este governo considera realista apesar da rejeição massiva de que é objec-

to, apostando, por um lado, em que a oposição política, respeitando o quadro das instituições, lhe deixe as mãos livres; e, por outro lado, em que o movimento dos coletes amarelos, que se recusa terminantemente a juntar-se ao movimento operário organizado – ilustrou-o a lamentável agressão, em Chartres, aos sindicatos CGT e FO, denunciados como “colaboracionistas” – não defina para si o objectivo de barrar estas contra-reformas.”

A questão que se põe ao movimento operário francês é-nos bem familiar: “com o governo mais fraco do que nunca, não há como não fazer a unidade, já, contra as contra-reformas. (...) É a chave de toda a situação: barrar as contra-reformas, a começar pela das aposentações.” ■

Estado espanhol, Catalunha

“Derrube do Regime de 1978!”

No passado dia 21 de dezembro, o governo “socialista” de Pedro Sanchez (apoiado pelo Podemos) decidiu realizar o seu conselho de ministros em Barcelona. Uma autêntica provocação, um ano após as eleições impostas ao povo catalão no âmbito do artigo 155º da Constituição monárquica de 1978* e após a denegação do referendo de 1 de outubro de 2017, em que o povo catalão afirmara a sua vontade de constituir a sua República Catalã, rompendo com a monarquia franquista.

O conselho desenrolou-se sob a protecção de 9.000 polícias, 1.000 das quais da Guarda Civil e da Polícia Nacional, chamados como reforços,

Uma plataforma de uma trintena de associações, nomeadamente os Comitês de Defesa da República (CDR), mas também a *Omnium Cultural* e a *Assembleia Nacional da Catalunha* (ANC), cujos dirigentes continuam na prisão, decidiram responder com um apelo a uma manifestação em Barcelona.

Logo às 6h da manhã, os militantes dos CDR barraram numerosas ruas, brandindo cartazes em que se lia: “Edu-

cação, Saúde, Prioridade”; “Greve pelos Direitos de Todos”; “As Ruas Serão Sempre Nossas”.

Às 18h, a multidão concentrou-se, tal como em Girona, Tarragona e Lérida, com uma infinidade de bandeiras, bandeirolas e cartazes. Na bandeirola da frente lia-se: “Derrubemos o regime de 1978”... Pautavam a manifestação cartazes “*Contra o Regime de 1978*”; “*Não Esqueceremos Nem Perdoaremos o 1 de Outubro*”; “*Processo contra a Democracia*”. Muitos cartazes, note-se, conferiam conteúdo social à República Catalã: “*Pelo Direito ao Trabalho, à Saúde, aos Serviços Públicos*”.

A manifestação concluiu-se com uma concentração em que os oradores denunciaram a violência policial que se abatera sobre os membros dos CDR de manhã, reclamaram a libertação imediata dos presos políticos e o direito à autodeterminação e à República Catalã.

A concluir a concentração, uma das oradoras denunciou a intervenção policial, mas também a operação de “bran-



queamento das instituições da ditadura” de Franco que foi, disse ela, a “transição de 1978”, que, nessa altura, não submeteu a julgamento nenhum franquista e impôs o artigo 155º. Contrapôs depois o regime actual das “autonomias” à necessidade de reconquista da soberania, concluindo: “Nenhum Pacto, Nenhuma Renúncia: República Catalã!”

Segundo os números da polícia, manifestaram-se em Barcelona 40.000 pessoas e vários milhares noutras cidades da Catalunha. ■

* O artigo 155º da Constituição de 1978 prevê “suspender” as instituições regionais autónomas (como as da Catalunha) e instaurar o controlo directo do poder central da monarquia.

Brexit

Preparação de um golpe baixo: outro referendo

O governo britânico negociou com as instituições da União Europeia um acordo de saída da UE. Porém, não consegue fazê-lo aprovar no seu próprio parlamento. Que se passa?

Lembremos o que se passou antes. O governo conservador de David Cameron, animado pela vontade de consolidar de uma vez por todas a participação da Grã-Bretanha na União Europeia e derrotar o sector “eurocéptico” do seu partido, convocou um referendo, em 2016. Quase toda a Grã-Bretanha institucional, partidos políticos, incluindo a larga maioria dos Conservadores e a grande maioria da direcção trabalhista, assim como a alta finança da *City* de Londres e o grande capital em geral, fizeram campanha pelo *remain* (ficar).

Contudo, para choque geral da classe dominante britânica e de toda a UE, o voto deu um claro *leave* (sair). Foi um voto de classe: votaram por sair, sobretudo, as regiões de maior concentração operária, fustigadas pelos efeitos da adesão à UE, desemprego, desindustrialização. Em grande parte, era a base do *Labour*.

Um paralelo com a situação portuguesa o governo da chamada geringonça pretendeu que conseguiria o milagre de salvar o país da destruição às mãos da austeridade da troika sem romper com a dívida e com a União Europeia e a camisa de forças das suas instituições, tratados, regulamentos, directivas. O resultado: a continuação da austeridade e da guerra contra os trabalhadores, agora na forma de destruição acelerada dos sistemas de salário colectivo a que chamamos conquistas de Abril: saúde e ensino públicos, gratuitos e de qualidade, transportes públicos acessíveis e regulares.

O que se seguiu é conhecido: intermináveis negociações com a UE conduzidas pelo governo conservador de Theresa May, que sucedeu ao humilhado Cameron. A UE ditou condições. Se o Reino Unido quisesse continuar a comerciar livremente com os países da UE e manter a circulação de capitais, vital para a *City*, teria de continuar a submeter-se a todas as regras da UE. Numa palavra: ficava na UE, mas sem nenhum dos direitos dos seus membros.

A UE demonstra, assim, ela própria, aquilo que é uma evidência: sem romper com o imperialismo, sem romper com o regime da propriedade privada dos meios de produção, nenhum país conseguirá recuperar a soberania popular e a democracia. Continuará preso por mil fios ao sistema de dominação imperialista e seus tratados de livre comércio, NATO, União Europeia.

Dada a armadilha suplementar de a gestão da saída da UE ter ficado entregue a quem votara pela permanência, como Theresa May e a maioria do Partido Conservador, o resultado só podia ser um: “mostrar” a pretensa inviabilidade do Brexit, para convencer sectores do eleitorado a mudar o sentido do voto e submeter-se à pata imperialista.

Sete Vidas?

Público, 13 de dezembro: “*May Tem Sete Vidas*”.

Mais sóbrio, Martin Wolf, um dos comentadores mais reputados da imprensa britânica, observava: “*Theresa May continua a exercer as suas funções, mas já não detém o poder*”.

May voltara de mãos vazias da sua ronda pelos chefes de Estado europeus.

Como bem referia o secretário geral do sindicato dos trabalhadores ferroviários e marítimos, RMT: “*Quem manda na Inglaterra, que são os multimilionários e os grandes grupos financeiros internacionais, nunca ia permitir que o Brexit se fizesse. A farsa encenada por Theresa May e pelo Partido Conservador nos últimos dois anos irá acabar num segundo referendo*”, a fim de “*preservar a fortaleza Europa, desprezando a democracia*”.

A direcção do Labour Party reclama que haja, primeiro, eleições gerais, mas sem excluir um segundo referendo (“todas as opções estão em cima da mesa”), reza a resolução votada pelo último congresso do *Labour*) e sem fazer campanha para vincular a perspectiva de um governo trabalhista ao respeito

do mandato de saída outorgado em junho de 2016.

O Partido Conservador, principal representação política da burguesia inglesa, está hoje desarticulado e paralisado pela crise. Ao ponto de numerosos deputados conservadores terem votado a favor de uma moção a estigmatizar o “desrespeito do governo pelo Parlamento”.



Porém, a direcção do Partido Trabalhista nada faz para resolver a crise com uma mobilização efectiva da classe operária para impor as eleições gerais de que passa a vida a falar. O regime político britânico não implica que o governo caia automaticamente, mesmo que o projecto de acordo com a União Europeia seja rejeitado. A maioria do Parlamento continua nas mãos do Partido Conservador, que pode substituir Theresa May e continuar a governar.

Segundo referendo?

É neste contexto que, com o apoio

de uma fracção da direcção do Labour Party e do seu grupo parlamentar e, na melhor das hipóteses, a “neutralidade” do resto, se está a preparar o golpe baixo que seria um segundo referendo.

O semanário *The Economist*, próximo de alguns dos círculos financeiros mais importantes do Reino Unido, escrevia, em editorial de 15 de dezembro, que “*Theresa May precisa de admitir que ela e o país só têm uma saída para escapar a este*

impasse: saltar por cima dos deputados e dirigir-se directamente ao povo”. Noutro artigo do mesmo semanário, referia-se que “*a própria Theresa May devia lançar mão de um referendo e dar aos eleitores a alternativa entre o acordo que conseguiu, que é a melhor forma*

de Brexit actualmente disponível, e o cancelamento puro e simples do Brexit.” Se bem que Theresa May mostre, de momento, reservas, considerando a operação demasiado arriscada.

Diante desta alternativa falseada (entre ficar na União Europeia e ficar na União Europeia), a resposta dos trabalhadores tem que ser a luta para pôr fim ao governo conservador, por um governo do *Labour Party* que se comprometa a cumprir o que foi o mandato de 2016: a ruptura efectiva com a União Europeia. ■ (adaptado de *Tribune des travailleurs*)